

Pepitas Garimpadas por Ana Paula Menezes Bragança dos Santos **[DIHS-ENSP-Fiocruz / Grupo MultiVisat]**

Primeiro, quero agradecer aos organizadores pela oportunidade de rever tamanha beleza. Cada coluna se expõe uma obra de arte que tanto pode ser vista sozinha quanto no conjunto da obra que é a grande galeria do blog Multiplicadores de Visat.

Lapidá-las a olho nu foi um trabalho intenso e neste “garimpo legal” encontrei alguns textos que me sensibilizaram com memórias de afeto e outros que de alguma forma dialogam entre si. Afinal, estamos falando, ao fim e ao cabo, de vidas, de saúde, de direitos humanos.

E, como falar de tudo isso, sem falar de arte, música e poesia.

Ana Carolina, na coluna de 26 de setembro de 2019, primeiro instigou-me com o título da obra **“De que serve ter o mapa, se o fim está traçado?”**¹, trecho que uma linda canção que canto repetidas vezes e cada vez que a ouço faço uma nova leitura. Depois vieram as lembranças das aulas de geografia, cada instrumento apresentado me remetia a um momento da infância/adolescência. Obrigada, Carol! Mas para além de tudo isso, Ana Carolina nos chama a atenção para a violação dos direitos humanos ao território e identidade. De forma sutil e às vezes escancarada, as grandes empreiteiras, mineradoras, etc. com a anuência do estado utilizam-se de instrumentos e cientificidade para manipular matematicamente o mapa a seu favor e, usando a bússola da ganância, destroem o que estiver pela frente.

Ana Carolina faz ainda uma analogia com o filme Bacurau considerado “futurista”, mas ao abrir os jornais, noto que o filme não é tão futurista assim, basta lembrar de Mariana, Brumadinho..., as ditas “tragédias brasileiras” que violaram os direitos humanos aos territórios, à vida, ao meio ambiente, ao direito de liberdade, à identidade. Onde está nesse mapa a proteção da dignidade humana?

Ana Carolina me trouxe muita angústia no início de seu texto, ao expor a ferida do pacto capital/Estado que só perpetua a desigualdade querendo apagar do mapa tudo o que pode atrapalhar seus planos. Realmente, Ana Carolina, me pergunto... “De que serve o mapa, se o fim está traçado?”.

Dialogando com Ana Carolina, encontrei outra preciosidade, a coluna **“Acidentes, Desastres e Tragédias: signos da ganância”** de **Eguimar Felício Chaveiro**, publicada em **20 de fevereiro de 2019**, que faz refletir sobre “o rio de lágrimas”, que advém da violação do direito humano ao território, ao meio ambiente, e questiona por que os acidentes, os desastres e as tragédias são necessárias e congruentes ao sistema econômico vigente?

A resposta é pavorosa..., mas a morte torna-se lucrativa, bem como a geração de problemas ambientais. Assim, vemos que as ditas tragédias, nada mais são que “o destino traçado”. Eguimar termina seu texto nos convidando a enfrentar essa triste rota, mas que caminho seguir?

¹ Quem me leva os meus fantasmas. Composição de Pedro Abrunhosa.

Ana Carolina quase ao final de seu texto, traz um alento ao apontar a cartografia como um instrumento que deve mostrar as violações cometidas pelo Estado, mas também expor as lutas, potencialidades e possibilitar a ressignificação dos mapas e como a vida e seus territórios são vistos e representados. E assim, traçar novos caminhos com as mesmas ferramentas para disputar poder e construir novas formas de resistir e existir.

Seguindo com o “garimpo legal” me deparei com o texto “**Dia de Luta não é dia de Luto...**” de **Annibal Coelho de Amorim**, publicado em 26 de junho de 2019. Nessa reflexão, brincando e brilhando com as... (reticências), Annibal aponta para a armadilha da transnacionalização do capital que viola o direito à educação, escamoteada pela tecnologia, que subverte e se apropria dos saberes das comunidades tradicionais, tentando apagar sua identidade e seu território. Tudo em prol da manutenção dos “poderosos”, perpetuando um sistema em que “ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres permanecem cada vez mais pobres”, violando diversos direitos: à vida digna, à saúde, à educação, à moradia, à cultura... direitos que garantam o mínimo necessário para que as pessoas existam de forma digna em uma sociedade.

Ora, a economia não deveria ser um instrumento para o desenvolvimento humano e bem-estar? Sendo assim, ela não deveria estar preocupada com os direitos humanos em promover o desenvolvimento e atender às necessidades humanas em primeiro lugar? Não deveria se preocupar em reduzir ou aniquilar o abismo das desigualdades? Fica claro que a preocupação, ao fim e ao cabo, não é o desenvolvimento da população, mas a manutenção do *status quo* é o que importa.

Annibal citando Foucault aponta como estratégia de mudança (e não de resiliência²), o “**cuidado**”, sim, o cuidar de si e do coletivo, pois a participação social na luta é um importante instrumento de concretização de um desenvolvimento humano sustentável e nos conclama a fazer parte da luta perguntando, “até quando esperar?”.

Não por acaso, a próxima preciosidade que me encantei foi a coluna “Aonde a desigualdade da riqueza levará o Brasil”, de **Luizinho do EISA**³, publicada em **11 de outubro de 2019**.

Luizinho traz em dados a brutal desigualdade e exploração de corpos em prol de um sistema econômico que beneficie uma **ínfima** parcela da população e legando a **grande parte da população** às migalhas, com desfaçatez “de que mais dinheiro em suas mãos se transformariam em investimentos no setor produtivo e na geração de empregos”, o que vimos até aqui é que isso não passa de *Fake News*...

Apresenta o rentismo como forma mais brutal da exploração do capital que tem como aliados em todas as esferas de poder e, em consequência dessa união tem-se o entrave para o incentivo aos processos produtivos e às políticas públicas de resgate social. Parece que estamos no Déjà vu..., mas... Não! A exploração é tão amalgamada que a cada momento surgem novas formas de explorar corpos e almas. E, falando em almas...

Luizinho apresenta a religião como uma forma sutil de adormecer e silenciar a população. E nesse ponto chamo a atenção para a liberdade religiosa que é um direito humano, mas que devemos estar atentos para não ser mais um artifício para controlar o povo e dissipar discurso e atos de ódio.

² Segundo o dicionário, uma das definições para resiliência é a capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Logo, não podemos pensar em adaptar, mas sim romper com o que está posto.

³ EISA - Estaleiro Ilha.

Ele ainda faz um alerta para os sindicatos ficarem atentos às diversas facetas da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras e a necessidade de reformarem a luta.

Ao final de seu texto, Luizinho traz uma ponta de esperança... conclamando à participação social, principalmente os jovens para a luta.

Como Annibal e Luizinho trouxeram “a luta” é o melhor caminho, mas sabemos que o Estado, que deveria estar do lado da nação, usa de todos os artifícios para a manutenção da desigualdade, ora mais, ora menos, como expôs **Siro Darlan**, na coluna “**A prisão como instrumento de exclusão social dos pobres**”, de **20 de março de 2019**.

Siro Darlan chama a atenção para o conflito de interesse do Estado em manter a repressão às drogas ao invés de **cuidar** desse problema de saúde pública.

Não é de hoje que assistimos nos noticiários prisões e medidas compulsórias (de falsa proteção) para pessoas usuárias de drogas. Ora, o que vemos é a violação escancarada do direito à saúde, ao tratamento digno em detrimento à violação ao direito à liberdade e à vida. Isso tudo em prol da ideologia preconceituosa de exclusão, ou seja, prendem-se pessoas consideradas indesejáveis na sociedade (negros, pobres). Contudo, os poderosos chefões seguem ostentando vida de luxo e massacre.

Claro que não se trata de passar panos quentes nessa questão tão importante que tem tomado proporções nefastas no Brasil, as drogas, mas de refletir de que modo realmente esse assunto está sendo **cuidado**?

Que política pública estamos conduzindo e quais os mecanismos de enfrentamento?

Pensando nessas perguntas fui recorrer ao texto “**Violência e Brincar: Polícia ou Ladrão**”, de **Marcos Besserman Vianna**, publicado em **15 de agosto de 2019**, que faz a seguinte reflexão “precisamos repensar a polícia desde o início da formação policial, no sentido de se evitar que estes agentes públicos cometam violências, ou abusos, na sua atividade cotidiana”.

Não raro recebemos informações pelas redes sociais de mais um caso de violência cometido pela polícia a um cidadão. A história mostra que a polícia foi criada para proteger os poderosos e detentores de bens, sendo assim, todo o mais não carece de proteção. Este ano, a escola de samba Vai-Vai, de São Paulo, gerou grande polêmica ao levar ao Sambódromo do Anhembi uma das alas composta por pessoas fantasiadas de policiais do Batalhão de Choque, usando chifres e asas vermelho alaranjadas, fazendo alusão a demônios. Isso para representar o que todos nós já sabemos... “É de conhecimento público que os precursores do movimento hip-hop eram marginalizados, sofrendo repressão e sendo presos, apenas por dançarem e adotarem um estilo de vestimenta considerado inadequado. O que a escola fez foi inserir os acontecimentos históricos no contexto em que eles ocorreram⁴”.

As notícias de violação dos direitos humanos por parte de agentes do Estado são recorrentes, mas de fato o que mudou da criação da polícia até os dias atuais?

Ao ler o título dessa coluna, lembrei-me de um vídeo que viralizou há um tempo. Duas crianças negras iam começar a brincar de polícia e ladrão, mas acabaram desistindo, pois, nenhuma das duas queria ser o ladrão, porque ambas sabiam que seriam mortas pela polícia porque eram negras. Não dá para rir de um vídeo desse, tão

⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2024/02/entenda-a-polemica-do-desfile-da-escola-de-samba-vai-vai-em-sao-paulo-clslrf1wp000z014l3ums8mag.html>

pouco sentar e chorar! Até a inocência das crianças está sendo usurpada, sem falar nas vidas ceifadas.

E falando em vidas ceifadas, recorro ao texto **“Desaparecimento forçado de crianças e mães em luta - O Estado brasileiro que não protege”**, de **Maria Helena Barros de Oliveira**, publicado em **12 de março de 2019**.

Maria Helena chama a atenção para um problema aterrorizador que é o desaparecimento forçado de crianças. Os fatores são múltiplos, bem como as dores dessas mães. Como canta Zeca Pagodinho... “Ninguém pode imaginar o que não viveu”, realmente não dá. Ainda mais se somadas à dificuldade na luta pelo reencontro forem inseridas algumas camadas de opressão: mãe preta; pobre favelada; ou se for uma pessoa com deficiência. Todos esses fatores apenas amplificam a dor.

Bem, fica claro que fazendo um recorte entre os textos, que não temos nada do “além” ou algo “fantasmagórico” para entender as violações de direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho digno, ao meio ambiente, etc., no Brasil.

O capitalismo se retroalimenta da manutenção da pobreza para muitos e produção de riqueza para poucos, o que acirra as desigualdades existentes. Para que os direitos humanos sejam exercidos em todas as suas dimensões, se faz necessário viver em uma sociedade plena, que represente os anseios de todos os seus cidadãos e respeitar os direitos fundamentais, incluindo o direito de ter uma vida digna.

Até quando esperar? Quantas mortes, torturas, tratamentos cruéis, desaparecimentos precisarão acontecer para mudarmos o rumo desta história? Como devemos ressignificar nossas cartografias? Quem nos dirá onde é a estrada?